

Brasília, 29/11/2017

Carta ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, sobre a MP 795/2017

Senhor Presidente,

Tramita na Câmara dos Deputados uma Medida Provisória que, caso aprovada, poderá comprometer a segurança climática global, afastando o Brasil dos objetivos com os quais se comprometeu no Acordo de Paris.

Todos os países sinalizaram na COP23, a conferência do clima de Fiji, em Bonn, que a redução das emissões de carbono é fundamental para um futuro climático seguro. As reservas conhecidas de petróleo do pré-sal podem comprometer o alcance dessas metas. Estas reservas são estimadas em 176 bilhões de barris recuperáveis que, se queimados, poderiam liberar 74,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) para a atmosfera. Isso equivale a quase 18% de tudo o que a humanidade ainda pode despejar no ar para atender ao mais ambicioso objetivo do Acordo de Paris, o de estabilizar o aquecimento a 1,5 °C.

Segundo a Organização Meteorológica Mundial, 2017 deverá ser o segundo ou terceiro ano mais quente da história. Com 1°C de aquecimento já verificado atualmente, assistimos a eventos climáticos extremos neste ano que mataram milhares de pessoas, adoeceram milhões e causaram centenas de bilhões de dólares em prejuízos. Um aquecimento global superior a 1,5°C teria consequências dramáticas para nações insulares, que seriam extintas pela elevação do nível do mar, mas também para o Nordeste do Brasil e para cidades litorâneas como o Rio de Janeiro.

Diante disto, na Conferência de Clima em Bonn diversas organizações de todo o mundo manifestaram preocupação sobre aprovação da MP 795, que concede isenções tributárias imorais às companhias de petróleo – num momento em que outras áreas como saúde, educação, ciência e tecnologia e segurança pública enfrentam graves restrições fiscais.

Além de todos os problemas ambientais já citados, a MP 795 também está relacionada à um escandaloso lobby feito pelo Ministro do Comércio Exterior do Reino Unido a integrantes do Ministério de Minas e Energia, cujo objetivo foi pressionar o governo pelo afrouxamento de regras tributárias, ambientais e de conteúdo local. Todos estes pontos de interesse do país europeu estão contemplados na MP citada. Como consequência, duas das maiores empresas britânicas de petróleo ganharam grande parte das licenças de perfuração recentemente leiloadas pelo governo.

Sr. presidente, o Brasil precisa tomar decisões sobre a exploração de petróleo e gás levando em conta as projeções iminentes de pico da demanda global por petróleo e a necessidade de uma transição justa para uma economia descarbonizada. A MP 795 faz o oposto: estimula um “saldão” do petróleo brasileiro, usando para isso a mesma lógica de governos anteriores de desonerações generosas a setores escolhidos a dedo – cujos resultados trágicos para a economia nacional são conhecidos. O texto expõe o país a risco econômico e o mundo a risco climático intoleráveis.

Com essa medida o Brasil pode entrar para a história como a nação que comprometerá de forma definitiva os esforços para limitar o aquecimento global a níveis seguros, impactando assim tanto o nosso futuro quanto das futuras gerações.